

**ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR
CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA
ASCES/UNITA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**CLAYANE JESSICA ASSIS DA SILVA
ELISÂNGELA DE LUCENA SILVA**

**AÇÕES EDUCATIVAS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER EM CARUARU-PE**

**CARUARU
2017**

**CLAYANE JESSICA ASSIS DA SILVA
ELISÂNGELA DE LUCENA SILVA**

**AÇÕES EDUCATIVAS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER EM CARUARU-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial, para a obtenção do grau de Bacharelas em Serviço Social, no Centro Universitário Tabosa de Almeida - ASCES UNITA.
Orientadora: Professora Mestra em Direitos Humanos Elba Ravane Alves Amorim.

CARUARU

2017

BANCA EXAMINADORA

Apresentado em: 29/11/2017

Presidente: Prof^a. Mestra Elba Ravane Alves Amorim

Primeira Avaliadora: Prof^a. Mestra

Segunda Avaliadora: Prof^a. Mestra

DEDICATÓRIA

*Dedicamos esse trabalho de conclusão de curso á**Deus** por nos dar o dom da vida e a nossa Orientadora **Elba Ravane** por ter amor, ética e uma dedicação imensa em tudo que faz.*

AGRADECIMENTOS

***Clayane Jessica Assis da Silva**

Primeiramente, agradeço a **Deus** por está sempre me guiando não apenas nesses 4 anos de graduação porém em tudo na minha vida.

Agradeço a minha Mãe Ivanize Nunes que é minha estrela maior e onde ela estiver sei que está me enchendo de bençãos positivas e sem duvidas está cheia de orgulho dessa minha trajetória.

Agradeço ao meu Esposo Armando Sena que a todo momento se fez presente e me deu a maior força e não desacredita do meu potencial tornando-se essencial pra mim em toda minha vida.

Agradeço a minha família, pois, o apoio de todos sempre foi real e verdadeiro.

Aos meus amigos e professores da sala de aula que indiretamente ou diretamente são especiais e foram de grande importância pra mim durante toda minha graduação.

Agradeço a Samira Santana que foi e será sempre uma inspiração e espelho pra mim em toda minha vida profissional, pessoa esta que me ensinou a ter ética e respeito com todos ao meu redor e sou humildemente e imensamente grata.

Agradeço a minha dupla Elisangêla Lucena que indepedentemente de qualquer hipótese foi parceira e este trabalho é mérito de ambas.

A minha Orientadora Elba Ravane que me faltam palavras pra descrever o seu profissionalismo e seu brilho humano que nos encorajou e nos fez acreditar que podemos ser melhores a cada dia, jamais desistindo ou desacreditando de nós.

A todos, meu reconhecimento por toda a colaboração apresentada nesse percurso acadêmico.

AGRADECIMENTOS

***Elisângela de Lucena Silva**

Agradeço a Deus, pela da força e paciência para chegar nessa reta final pois sem Deus nada sou ele que guia os meus passos, e da sabedoria para ir até o fim.

Agradeço a meu esposoEverton Júnior, por estar sempre incentivando e apoiando nós momentos de aflição em que estive preocupada para dar continuidade e chegar até o fim pois não foi fácil, devido a pouco tempo para se dedicar, ele sempre esteve junto em todos os momentos, sempre mim dando força e mim fazendo acreditar que sou capaz.

Agradeço a minha filha, Melissa Lucena, por estarmos juntas todos os dias nessa trajetória, minha princesa que em meio as dificuldades sempreestávamos juntas e juntas superamos.

Agradeço a minha família a minha mãe, Maria Selma pois pra ela é um orgulho imenso conquistar minha graduação meu pai, Elias Laurindo, pela satisfação de mim ver lutando pelo meu objetivoacadêmico e minha irmã, Aparecida Lucena, por mim da palavras de força e persistência.

Agradeço a minha orientadora Elba Ravane, pela paciência e compreensão devido a correria e tantos acontecimentos.

Agradeço a minha dupla ClayaneJessica , por estarmos juntas, concluindo nessa reta final nossos sonhos de chegar ate o fim.

Agradeço a meu patrão Dr Carlos Toscano, por mim apoiar e colaborar nos momentos que precisei mim ausentar para participar de atividades na Faculdade, pela satisfação do mesmo em ver meu esforço, e pelo brilho no olhar em ver o meu sacrifício em meio as dificuldades mas firme e focada até o fim e em momento algum disse um não.

Agradeço a meu amigo Renan Machado, pelo apoio e força, nas dúvidas, e nos momentos de correria em que recebi bastante força.

Agradeço a minhas amigas Barbara Florêncio, e Candice Gisele, e meu amigo Euzimar, que apoiaramcom palavras de conforto, nos momentos difíceis.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC foi realizado a partir de uma análise bibliográfica e documental, a partir de documentos do Organismo de Políticas para as Mulheres de Caruaru, especificamente anuários, relatórios e planos municipais, buscamos atingir os seguintes objetivos - Geral: identificar as ações educativas desenvolvidas pela Secretaria da Mulher e Direitos Humanos de Caruaru no enfrentamento a violência doméstica contra mulher. Específicos: 1. Descrever os diferentes tipos de ações desenvolvidas pela Secretaria da Mulher e Direitos Humanos no período de 2012 à 2016; 2. Verificar as ações que possibilitaram o enfrentamento a violência doméstica contra mulher; e 3. Relacionar as atividades educativas de enfrentamento a violência doméstica contra mulher e os dados de denúncias e morte de mulheres. Foi verificadas as ações que possibilitaram o enfrentamento a violência doméstica contra mulher, ao sensibilizar equipe para atendimento humanizado, divulgar rede de atendimento e tornar a pauta visível na cidade, contribuiu para empoderamento das mulheres vítimas de violência rompendo com a cultura patriarcal, na qual banaliza a violência contra a mulher e elevando o número de denúncias.

PALAVRAS - CHAVES: Gênero. Igualdade. Feminismo. Políticas públicas. Violência.

ABSTRACT

This monographic work was born with the purpose of the Course Conclusion Work - CBT, thus being partially a requirement for our graduation, proposed study, bibliographical and documentary analysis, as educational actions that were developed by the Women and Human Rights Secretariat of Caruaru, obtaining our objective to identify as educational actions developed by the Women and Human Rights Department of Caruaru in the face of domestic violence against women. We seek to describe, verify and relate these educational actions to an essential direct approach when dealing with a direct perspective on coping with violence against women. The authors as authors and our methodology are requirements to approach the subject with the objective of adding to the approach addressed, as well as the response to our concern in addressing such as social relations, gender, equality and law as something of great value for our society.

KEYWORDS: Gender. Equality. Feminism. Public policy. Violence.

LISTA DE SIGLAS

CCI –	Centro Convivência do Idoso
COAS –	Centro de Orientação e Apoio Sorológico
CRAS –	Centro de Referência de Assistência Social
CRMMB –	Centro de Referência da Mulher Maria Bonita
LGBT –	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MTST –	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG –	Organizações não governamentais
ONU –	Organização das Nações Unidas
PMPM –	Plano Municipal de Políticas para as Mulheres
PSF –	Programa Saúde da Família

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Lista de Ações.....	31
Quadro 2.	Monitoramento de Dados Femicídio.....	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES EM CARUARU.....	14
2 ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER EM CARUARU.....	19
3 ATIVIDADE EDUCATIVAS E OS DADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER EM CARUARU.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43

INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso visou identificar as ações educativas que foram desenvolvidas pela Secretaria da Mulher e Direitos Humanos de Caruaru, buscando apresentar os diferentes tipos de ações que foram desenvolvidas no enfrentamento a violência doméstica contra a mulher. Foram analisadas as ações desenvolvidas entre os anos de 2012 à 2016. Para dar conta do objetivo proposto, foi realizada a pesquisa bibliográfica que busca explicar um problema a partir de referenciais teóricos publicados (CERVO; BERVIAN, 1983, p.55) e documental.

O interesse pelo tema se deu a partir da nossa vivência enquanto estudantes do Serviço Social cujo projeto ético-político aponta a necessidade de desenvolvermos pesquisas e práticas que busquem a igualdade o que pressupõe o estudo e enfrentamento a realidade na qual mulheres são vítimas de violência doméstica.

Vale salientar que vivemos em uma sociedade machista e patriarcal, na qual a mulher precisa ser encorajada e empoderada através de ações desenvolvidas e atividades que as orientem.

Consideramos que as ações educativas desenvolvidas para toda sociedade fortalece a informação, encoraja as vítimas e enfrenta a banalização da violência que é um fator que impede a vítima de sair do ciclo de violência, uma vez que, numa sociedade na qual a violência é banalizada, quando a mulher empodera-se e tenta quebrar o ciclo de violência, é questionada e julgada socialmente.

Desenvolver pesquisas na área da violência contra mulher é de suma importância para o Serviço Social, uma vez que esse campo de estudo tem como foco a coletividade e a realização plena da pessoa humana através do pleno exercício da cidadania, ocorre que a violência contra mulher representa um obstáculo para cidadania das mulheres, uma vez que a cultura nega-lhe o direito a igualdade.

A pesquisa foi realizada com referencial teórico referente ao feminismo, gênero, políticas públicas e violência. E se debruçou sobre a abordagem direta das ações realizadas pela Secretaria da Mulher e Direitos Humanos de Caruaru no enfrentamento a violência doméstica.

Assim, é importante destacar que o objetivo geral do estudo foi identificar as ações educativas desenvolvidas pela Secretaria da Mulher e Direitos Humanos de Caruaru no enfrentamento a violência doméstica contra mulher. Tendo sido trabalhado os seguintes objetivos específicos:

- Descrever os diferentes tipos de ações desenvolvidas pela Secretaria da Mulher e Direitos Humanos no período de 2012 à 2016;
- Verificar as ações que possibilitaram o enfrentamento a violência doméstica contra mulher;
- Relacionar as atividades educativas de enfrentamento a violência doméstica contra mulher e os dados de denúncias e morte de mulheres.

A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, uma vez que buscou compreender o fenômeno não partir de dados quantitativos, mas, dos aspectos subjetivos referente as relações e desigualdades entre homens e mulheres. Na abordagem qualitativa buscamos pesquisar as informações de forma objetiva sobre o tema definido, esse tipo de abordagem nos possibilita compreender determinados assuntos estudados e analisados.

Segundo Minayo (2010, pp.21-22), a pesquisa qualitativa “[...] se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

A pesquisa tem caráter bibliográfico e partimos de autoras que são referencia na área, a exemplo de Celi Regina Pinto uma referencia nos estudos sobre feminismo, Joan Scott, referencia internacional nos estudos de gênero, Martha Ferreira Santos Farah, uma das maiores pesquisadoras no Brasil sobre as políticas públicas para as mulheres e, ainda ter como pesquisa os estudos já publicados e defendidos, que versam sobre violência contra mulher na cidade de Caruaru e que estejam disponíveis em anais de eventos científicos no período de 2012 a 2016. Na pesquisa, selecionamos trabalhos científicos publicados utilizando os seguintes descritores: Violência Contra Mulher + Caruaru, Políticas para Mulheres + Caruaru.

Utilizamos a pesquisadocumental na qual nos baseamos em informações dos relatórios públicos da Secretaria da Mulher e Direitos Humanos de Caruaru nos anos 2012 à 2016.

Diniz define a pesquisa documental como:

Um processo de análise horizontal (articulação e combinação dos dados), interpretação e de inferência sobre as informações contidas nos documentos e publicações, tentando desvendar o conteúdo latente, iluminado pela teoria das representações sociais. (DINIZ, 2008, p. 57)

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, a amostra do presente trabalho foi composta por documentos, relatórios públicos e o I e II Plano de Políticas para as Mulheres de Caruaru-PE que discutem o tema sobre as ações educativas desenvolvidas pela Secretaria da Mulher e Direitos Humanos de Caruaru, no enfrentamento à violência contra a mulher.

Foi incluída na pesquisa todas as ações com tema sobre a violência contra a mulher no ano de 2012 a 2016, que tenham caráter educativo, tais como: cursos, seminários, materiais gráficos, palestras, debates, rodas de diálogos, campanha publicitária.

Na pesquisa excluímos ações desenvolvidas antes de 2012 e após 2016 e que tenham como caráter de atendimento às mulheres vítimas de violência, reuniões internas, entrevistas.

Uma das maiores dificuldades encontradas na pesquisa, foi a falta de padronização dos relatórios dos Organismos de Políticas para as Mulheres de Caruaru.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES EM CARUARU

A violência contra a mulher historicamente é denunciada pelo movimento feminista, no Brasil, um dos marcos do feminismo foi quando em 1975, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, aconteceu no Rio de Janeiro o evento “O Papel e o Comportamento da Mulher na Realidade Brasileira”, de tal evento resultou a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Ressalte-se que nesse ano (1975) foi declarado o Ano Internacional da Mulher pela ONU (PINTO, 2003, p.56), tal declaração por parte da ONU, acaba influenciando o Estado brasileiro a incluir na sua agenda política ações que visem enfrentar a desigualdade de gênero.

A partir da década de 1980, de forma mais sistematizada, os movimentos feministas começam a incluir nas suas pautas reivindicatórias a questão da violência contra mulher e como observa Celi Regina Pinto, dando ênfase também para o crescimento das pesquisas acadêmicas nessa área:

Surgem ao longo da década fortes grupos feministas temáticos, associados ou não a essa dicotomia, entre os quais se destacaram os **que passaram a tratar da violência contra a mulher e da sua saúde**. Também nos anos de 1980 houve espaço para o surgimento e o **desenvolvimento do que se poderia chamar de feminismo acadêmico**, ocorrido no Departamento de Pesquisa Da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, e em pesquisas de ciências humanas e educação realizadas nas grandes universidades do país em algumas das quais surgiram Núcleos De Pesquisas em Estudos da Mulher. (PINTO, 2003, p.68) Grifo nosso.

Fruto do feminismo acadêmico, é difundido no Brasil e no mundo o conceito de gênero, cujo principal legado foi dar legitimidade acadêmica para a compreensão da relação de desigualdade entre homens e mulheres. Joan Scott (1995, p. 21) observa que “[...] gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” A autora ainda destaca que “Como elemento constitutivo das relações sociais, fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si [...]”. Aponta Scott, quais são esses elementos: Símbolos Culturais, Conceitos Normativos, Relações de Gênero e Identidade Subjetiva. Sendo assim a autora intenta que “[...] O gênero é, portanto um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.” (SCOOT, 1995, p.23)

A partir do conceito de gênero, obtemos compreensão teórica para conseguirmos quebrar os paradigmas impostos pela sociedade, visto que compreendemos que não é nossa diferença corpórea, ou seja, biológica, de sexo que causa desigualdades de direito, compreendemos que tais desigualdades são resultantes das relações culturalmente construídas e que portanto podem ser transformadas.

Estudos como os desenvolvidos por Martha Ferreira Santos Farah, tem apontado que as políticas públicas tem sido um instrumento para a transformação dessa realidade marcada pela desigualdade de gênero:

No que se refere a novas formas de articulação com a sociedade civil e com o setor privado, o movimento de mulheres é desde suas origens, fortemente, ligado a organização civil. Como visto anteriormente um momento inicial refratário à interação com o Estado, passou-se a considerar **as políticas públicas um espaço privilegiado de combate às desigualdades de gênero, defendendo-se a idéia da articulação de ações governamentais e não-governamentais, para a própria formulação das políticas.** (FARAH, 2003, p.06) Grifo nosso.

É importante porém destacar que para os movimentos de mulheres organizados, não é qualquer ação do governo que tem capacidade de assegurar o combate as desigualdade de gênero. Para atingir tal objetivo, a Articulação das Mulheres Brasileira aponta que a proposta feminista de políticaspúblicas deve considerar que as mulheres compõem um grupo submetido à exploração e à opressão capitalista, patriacal e racista e portanto, demandam políticas públicas que sejam de promoção da igualdade e da justiça social. (AMB, 2011, pp.19-20)

Ocorre que por muito tempo o enfrentamento a injustiça e a desigualdade que afetam as mulheres ficou fora da agenda dos governos, sendo as mulheres consideradas objetos dos homens, constuiu-se assim a base cultural para a violência contra mulher ser banalizada.

Ranúlio Mendes Moreira ao abordar, o neoliberalismo e a banalização da injustiça social observa que “[...] a repetição da injustiça e aceitação dessa, pode fazê-la normal e banal, e a banalização do mal é o fim de todos os princípios.” (MOREIRA, 2007, p. 184)

A banalização da violência contra mulher foi fenômeno repetido por gerações, aceito pela sociedade, silenciado e invisibilizado ao longo da história, assim, na busca para enfrentar a banalização o movimento de mulheres passa a reivindicar

marcos legais e obtem na Lei Maria da Penha uma das suas mais importantes vitórias, visto que, a Lei passa a conceituar a violência contra mulher, tipificar a violência, apontar serviços a serem criados, ações a serem desenvolvidas e mais, representa o compromisso institucional do Estado no enfrentamento a banalização da violência contra mulher a tornando objeto da intervenção do Estado.

A Lei Maria da Penha estabelece em seu artigo 5º que “[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.” Já em seu artigo 8º, destaca ações que visem provocar rupturas nos padrões de gênero e que direta ou indiretamente enfrentam a banalização:

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

[...]

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, **de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar**, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

[...]

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;
Grifo nosso.

Nos relatórios da Secretaria da Mulher e Direitos Humanos publicizados, é possível identificar as ações que adequa-se a tais previsões legais e que podem ter potencialidade para enfrentar a banalização da violência na cidade de Caruaru-PE.

Vale porém inicialmente ressaltar que o Organismo de Políticas para as Mulheres de Caruaru foi criada em 2009, com o objetivo de construir políticas públicas que segundo o Prefeito da época, José Queiroz de Lima, “[...] promovessem os direitos das mulheres, combatesse a violência doméstica e sexista e fortalecesse a participação sociopolítica das mulheres.” (PMPM, 2012, p. 02)

A Secretaria Especial da Mulher tinha como missão institucional assessorar direta e indiretamente o conjunto da gestão na formulação de projetos voltados para combater a desigualdade de gênero. (PMPM, 2012)

Em 8 de março de 2012, o I Plano de Políticas para as Mulheres de Caruaru, elaborado a partir das propostas da I Conferência Municipal da Mulher foi assinado pelo Prefeito da cidade através do Decreto de número 23. (PMPM, 2012). Em 2016, foi revogado pelo decreto de número 32 que criou o II Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.(PMPM, 2016)

Assim, resta descrito que as ações propostas nos Planos Municipais de Políticas para as Mulheres se organizaram em:

- a) Elevação da qualidade de vida e promoção de direitos;
- b) Fortalecimento sociopolítico das mulheres;
- c) Enfrentamento a todas as formas de violência contra mulher.

Dentre essas últimas, inclui-se:

1. Realizar campanhas de valorização, respeito e combate à violência contra as mulheres idosas, na sociedade e no âmbito familiar, bem como realizar maior divulgação e articular ampliação de sedes do Centro de Referência da Pessoa Idosa.
2. Articular a inclusão prioritária das mulheres vítimas de violência doméstica e sexista em programas de profissionalização, moradia, alfabetização, trabalho e geração de renda, bem como de seus/suas filhos/filhas em creches públicas, estabelecendo percentual para as vítimas de violência doméstica e mulheres trans nas inscrições do programa Minha Casa, Minha Vida.
3. [...]
4. [...]
5. Ampliar as campanhas educativas nas escolas sobre as desigualdades de gênero, através do fortalecimento do Projeto Lei Maria da Penha vai às Escolas no âmbito municipal e estadual, integrando-o ao Projeto Político-Pedagógico da escola.
6. [...]
7. Fortalecer a formação específica para policiais sobre direitos das mulheres e combate ao machismo prevenindo, inclusive, o assédio sexual e moral nas instituições públicas e privadas, no trabalho doméstico e nas instituições da segurança pública.
8. Incentivar a formação de grupos de mulheres (em espaços públicos e privados) para atuar, através de campanhas educativas e visitação às comunidades do campo e da área urbana, com questões ligadas[...].(PMPM,2016)

Como observou-se alguma das ações dos planos apontavam como foco práticas educativas que pudessem vir a provocar rupturas culturais nos padrões de gênero que são geradores das desigualdades de gênero e da violência contra mulher, passaremos no próximo capítulo, as ações realizadas para verificarmos a adequação ao preconizado nos planos e se enfrentaram a banalização da violência contra mulher no município.

2 ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER EM CARUARU

Dentre as ações desenvolvidas no período proposto pela pesquisa, verificamos que em 2012, o Organismo de Política para as Mulheres de Caruaru, integrou o IX Fórum Estadual de Organismos Governamentais, as reuniões ocorriam de forma descentralizadas, em 23 e 24 de agosto de 2012, foi realizada na Cidade do Recife, na ocasião aconteceu socialização das Ações da Secretaria Estadual da Mulher no Comitê Integrado de Enfrentamento dos Efeitos de Estiagem- PE, Socialização do Projeto Chapeú de Palha Mulher- Pesca Artesanal debate sobre ações de Qualificação Profissional para as Mulheres em Pernambuco, sendo ainda abordadas Lacunas das Políticas para Mulheres Idosas, para as Mulheres Lésbicas e para as Mulheres Vítimas de Violência. (CARUARU, 2012a)

Da análise do relatório do ano de 2012, também verificou-se diversas ações desenvolvidas com instituições de ensino superior, a exemplo do DEBATE SOBRE GÊNERO, INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS UFPE, ocorrida em 20 março de 2012, atingindo cerca de 100 estudantes, a parceria com a UFPE/ CAA, (CARUARU, 2012a), possibilitou reflexão sobre a igualdade de gênero, no intuito de romper com o patriarcal, e com uma sociedade machista, o debate possibilitou o conhecimento, com possibilidade de rompimento com a cultura que gera desigualdade de gênero.

De acordo com o Documento Final da Conae 2010, ações dessa natureza é importante e necessária:

Inserir e implementar na política de valorização e formação dos/as profissionais da educação, a discussão de raça, etnia, gênero e diversidade sexual, na perspectiva dos direitos humanos, adotando práticas de superação do racismo, machismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia e contribuindo para a efetivação de uma educação antirracista, e não homo/lesbo/transfóbica. (CONAE, 2010, p.35)

A discussão de gênero na educação e formação dos profissionais é fundamental para superação de discriminação e na quebra de paradigmas assim como cita o documento da Conae 2010, porém, para além de ações pontuais é importante revisão do currículo o que ainda não acontece em todo país.

Ainda no ano de 2012, observou-se a execução do PROJETO DE OLHOS ABERTOS CONTRA A VIOLÊNCIA, realizado entre Janeiro e Dezembro de 2012. A Secretaria Especial da Mulher, através do Curso De Olhos Abertos Contra a Violência, em parceria com o Governo Federal, capacitou 417 profissionais de diversas áreas e diversas instituições da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. (CARUARU, 2012a). O objetivo do curso era possibilitar que profissionais pudessem prestar atendimento especializado as mulheres vitimas de violência.

A ação permite também a desconstrução dos preconceitos oriundos do processo de socialização em uma sociedade machista, de modo que, tem a potencialidade para que tais profissionais no momento do atendimento não mais banalize a violência sofrida pela mulher que tem o direito a um atendimento humanizado.

Verifica-se ainda ações realizadas nas comunidades do campo, a exemplo da PALESTRA SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM PAU SANTO, realizada em 11 de Janeiro de 2012, quando a equipe da Secretaria Especial da Mulher esteve na comunidade de Pau Santo, I Distrito realizando palestra com as mulheres da localidade sobre violência contra a mulher e com o setor psicológico do Centro de Referência da Mulher Maria Bonita, realizando atendimentos.

O relatório aponta que 50 mulheres foram atendidas pela ação que contou com a articulação entre Centro de Referência da Mulher – Maria Bonita, Centro de Referência de Assistência Social -CRAS, Secretaria da Criança do Adolescente e de Políticas Sociais, Secretaria de Comunicação. (CARUARU, 2012a).

Segundo as Normas de Padronização do Centro de Atendimento as Mulheres:

Os Centros de Referência são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Devem exercer o papel de articuladores dos serviços organismos governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero. (BRASIL, 2006, p.11)

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher, através das ampliações de ações e políticas publicas visam a prevenção no intuito de preservar os direitos

das mulheres e com isso desenvolve ações referente a violência contra mulher para prevenção de violência e para que as mulheres se sintam fortalecidas enquanto seus direitos.

Desse modo, ainda compreendendo a importância desse serviço, verificou-se a realização de AÇÕES DE DIVULGAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER -MARIA BONITA¹, realizadas no período Janeiro a Dezembro de 2012, o que demonstra um esforço do Organismo de Política Pública para as Mulheres, para tornar conhecido e acessível o serviço. (CARUARU, 2012a)

Essa ida in locu, até onde as mulheres vivem, pode ser vista como estratégica para identificar o problema e executar planejamento que integre ação, prevenção e acesso a informação por parte das mulheres.

Segundo Oliveira:

Uma política explícita de informação na área de gênero, tomando como referência às estatísticas públicas, deve ser entendida enquanto um direito de cidadania. O exercício da cidadania feminina passa necessariamente pelo acesso e pelo uso da informação, bem como pela sua ampla disseminação. As estatísticas de gênero se constituem em um bem público. Nesse sentido, deve caber ao Estado, nos níveis federal, estadual, municipal de governo, o desenvolvimento de uma política de informação explícita nessa área. (OLIVEIRA, 2005, p.4)

A divulgação da política na área de gênero referente a violência contra mulher e no intuito de prevenir e enfrentar a banalização da violência contra mulher, também perpassa pela formação de novos profissionais, nesse contexto o relatório registra DEBATE NA ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR SOBRE A LEI MARIA DA PENHA, o debate foi no intuito de fortalecer a discussão sobre a Lei Maria da Penha, foi realizada com alunos/as de Direito e Serviço Social. Encontramos ainda registro junto a FAVIP, tais como OFICINA NO LAPOS que teve como foco as questões de gênero e violência. Na ocasião, foi apresentada a rede existente em Caruaru, dados, dificuldades e desafios. Observou-se ainda parceria

¹**24.01 – Ação Social do CaruaruPrev, 15.02 Palestra no CRAS de Itaúna, 20.02 Palestra no CRAS de Malhada de Pedra , 07.03 Palestra no Lactário, 09.03 Palestra no CRAS do Bairro Joao Mota, 13.03 Palestra Sobre Direitos das Mulheres Idosa no Centro do Idoso, 18.03 Palestra na atividade Promovida pelas Mães Maçônicas, 19 a 23.03 Participação em Capacitação sobre Abrigamentos, 03.04 Palestra no CRAS do Centenário, 26.04 Stand no Projeto Colméia do SESC, 10.05 Palestra na Escola Leudo Valença, 10.05 Stand na Ação Social da ASCES , 25.05 Atividade no CRAS de Malhada de Pedra.**

com o NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – ASCES UNITA. (CARUARU, 2012a).

Voltado para estudantes da educação básica e ensino médio, identificou-se a realização do PROJETO LEI MARIA DA PENHA NAS ESCOLAS realizado de Agosto a Dezembro de 2012, com objetivo de incentivar o debate sobre a violência doméstica e familiar nas escolas da rede municipal de ensino, em 2012 o Projeto Lei Maria da Penha nas Escolas foi coordenado pelo Centro de Referência da Mulher-Maria Bonita, que visava levar para comunidade escolar o conhecimento sobre a Lei Maria da Penha e seus mecanismos, constituiu -se em uma ação de prevenção a violência contra mulher. A iniciativa visou também motivar os/as educadores/as a realizar, em suas unidades de ensino, atividades paralelas e complementares sobre a Lei Maria da Penha e sobre as políticas de enfrentamento à violência. Durante o projeto. (CARUARU, 2012a).

O debate nas escolas facilita o entendimento dos adolescentes a aprimorar o conhecimento referente a Lei Maria da Penha, e sobre a superação da violência, no entanto, para além de levar a discussão para a Escola através das profissionais do Centro de Referência da Mulher é importante fortalecer a equipe das escolas para que essa seja uma discussão diária e que os recursos necessários didáticos que aborde o tema (Livros, cartilhas, vídeos, etc) estejam a disposição de toda equipe de profissional que atua na comunidade escolar:

[...] para garantir o êxito dos trabalhos na escola inclusiva, algumas considerações devem ser consideradas: apoio de especialistas, unificando os dois sistemas e adaptando-os às necessidades de todos os alunos; potencialização das formas de intervenção, isto é, aplicação dos sistemas consultivos e de intervenção direta em sala de aula comum por meio do ensino cooperativo; adoção de uma nova organização escolar, propondo a colaboração, o ajuste mútuo, as formas interdisciplinares e o profissionalismo docente. (DENARI, 2006, p.36)

Ainda em 2012, verificamos a realização dos 16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, realizada de 25 de novembro a 10 de dezembro. A campanha surgiu em 1991, com o objetivo de promover debates e denunciar as várias formas de violência contra as mulheres, foi escolhido um período de significativas datas históricas e marcos de lutas, iniciando a abertura da campanha em 25 de novembro e com término em 10 de dezembro.

Em Caruaru, durante a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher, foram desenvolvidas uma série de atividades nas ruas, escolas, comunidades da Zona Rural e Urbana, de todos os tipos de desigualdades e violências, em parceria com Conselho Municipal da Mulher, ONG Gestos, Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Políticas Sociais, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual da Mulher, Secretaria Executiva de Direitos Humanos do Governo do Estado, ASCES, Movimento LGBT, IFPE, UFPE, COAS, Casa de Saude Santa Efigênia. (CARUARU, 2012a) o que demonstra uma capacidade de articular diversos setores da sociedade em torno da pauta do enfrentamento a violência contra mulher.

Ainda registrou-se a participação da equipe do Organismo de Políticas para as Mulheres no II SEMINÁRIO RÉPUBLICAS E VIOLÊNCIA: UM OLHAR DAS MULHERES, realizado em 29 de novembro o II Seminário contou com a participação de duzentas pessoas vindas do mundo inteiro que debateram temas atuais da questão de gênero, como a mutilação de órgãos sexuais, tráfico de mulheres, a reforma do Código Penal e a Lei Maria da Penha. O seminário foi promovido pela Secretaria Estadual da Mulher, em parceria com o Centro de Mulheres do Cabo e a Actionaid, teve o apoio de diversos movimentos de mulheres.

Durante o evento foi lançado o livro República, 120 anos no Brasil – uma leitura das mulheres. Além disso, mulheres do mundo inteiro puderam compartilhar suas experiências na questão de gênero. No fim dos três dias a Secretária Estadual da Mulher, Cristina Buarque, lançou o desafio a criação de um Fundo Especial para as Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A participação no Seminário permitiu à equipe vivenciar as experiências dos diversos países. (CARUARU, 2012a)

De acordo com Faleiros (2007), a violência de gênero é gerada pela autoridade do homem para com a mulher. O autor ressalta que:

A violência de gênero estrutura-se – social, cultural, econômica e politicamente – a partir da concepção de que os seres humanos estão divididos em machos e fêmeas, correspondendo a cada sexo lugares, papéis, status e poderes desiguais na vida privada e na pública, na família, no trabalho e na política. (VIGARELLO, 1998)

E com isso os homens possui um poder autoritário patriarcal de dominação sobre as mulheres causando a violência de gênero. Devendo ser superado e obter a igualdade de gênero, por essa razão é fundamental construir redes internacionais onde os organismos de políticas públicas para as mulheres sejam vistos como um compromisso em curso das Repúblicas e a superação da violência como essencial para a democracia.

Do relatório de 2013, observou-se as atividades desenvolvidas como a CAMPANHA MULHER E PARTICIPAÇÃO, para tornar as mulheres mais participativa através das ações e campanhas que foram realizadas nesse período e também houve a realização da LEI DA AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA DA MULHER ESPECIAL DA MULHER PARA MULHER E DIREITOS HUMANOS, CRIAÇÃO DAS GERÊNCIAS DE IGUALDADE RACIAL E LGBT.

Do relatório de 2014, chamou atenção atividades voltadas para CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, realizada de 27 a 30/01/2014, na ocasião foram abordados conceitos de Gênero, Lei Maria da Penha, Serviço de Abrigamento, Normas Técnicas e Uniformização dos Instrumentos. Capacitação com objetivo de construir um debate e levar a informação sobre as relações e gênero, conceito de gênero e patriarcado, destrinchando para o enfrentamento a violência abordando a Lei Maria da Penha. Foi assunto também dessa capacitação a Norma Técnica dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher, a Lei Estadual e a Rede de Abrigamento. (CARUARU, 2014)

É de grande importância debater sobre conceitos de gênero, pois para lidar com determinados procedimentos não se pode consolidar as diferenças de valores entre o masculino e o feminino que por sua vez gera a desigualdade.

Os diferentes sistemas de gênero – masculino e feminino – e de formas de operar nas **relações sociais de poder entre homens e mulheres são decorrência da cultura**, e não de diferenças naturais instaladas nos corpos de homens e mulheres. Não faltam exemplos demonstrativos de que a hierarquia de gênero, em diferentes contextos sociais, é em favor do masculino. De onde vêm as afirmações de que as mulheres são mais sensíveis e menos capazes para comandar? A ideia de “inferioridade” feminina foi e é socialmente construída pelos próprios homens e pelas mulheres ao longo da história. (SPM, 2009, p.39) Grifo nosso.

Realizar capacitações é de grande relevância para uma melhoria no serviços prestados e aprofundar o processo de luta de desconstrução da violência e a negação de direitos para a mulheres.

Em 2014, ainda verificou-se diversas ações em parceria com movimentos sociais a exemplo do DIÁLOGO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MTST, realizado em 10/03/2014 no Assentamento Che Guevara do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) (CARUARU, 2014), visto que esse espaços de organização política, não necessariamente estão imunes a violência contra mulher, visto que a violência contra mulher lamentavelmente é um fenômeno complexo que se manifesta nos diversos espaços como observa Amaral:

A violência contra as mulheres é um fenômeno complexo, polissêmico e controverso. Apesar das políticas de proteção e apoio à mulher para diminuição da violência, esta ainda apresenta números elevados e atinge mulheres em diferentes contextos de vulnerabilidade. (AMARAL,2016, p. 534)

Dialogar sobre gênero e violência para sociedade é um grande passo para quebrarmos a barreira da desigualdade. Para mudarmos situação o poder público precisa articular-se com os movimentos sociais das mulheres e mistos, vistos que esses movimentos além de serem espaços de formação política, são composto por inúmeras mulheres, que também são vítimas de violência, assim, a atividade descrita tem possibilidade para provocar nas mulheres formação para que rompam com a violência e fomentar sua capacidade de lideranças que além da questão da moradia pautará também o enfrentamento à violência.

Ainda verificou-se a realização de uma COLETIVA DE IMPRENSA SOBRE A PATRULHA MARIA DA PENHA, ocorrida em 11/03/2014 na Delegacia da Mulher de Caruaru. A Coletiva com o objetivo de apresentar a Patrulha Maria da Penha programa que faz parte do programa estadual “Justiça para as Mulheres: Agora e sempre”. Teve como foco as mulheres vitimas de violência domestica e/ou familiar, que passaram a contar com um novo serviço.

A patrulha passou a funcionar da seguinte forma, após prestar queixa na Delegacia de Atendimento, a Mulher faz a solicitação da medida protetiva à Justiça e assim fica tendo o acompanhamento especializado em sua residência que tem o objetivo de garantir a proteção da vitima e assim evitar insistência do agressor (CARUARU, 2014a). Pesquisas destacam:

[...] a necessidade de busca por estratégias de divulgação das instituições que integram a Rede de atenção a vítimas de violência, facilitando o acesso a informações, e levando o conhecimento destes serviços à população em geral. (MENEZES,2014, p. 783)

O processo de interação entre as redes de enfrentamento a violência contra a mulher e os serviços de comunicação possibilita e concretiza informações sobre suas competências e atribuições. Reunir órgãos públicos pra falar sobre o enfrentamento a violência contra a mulher é essencial para combatermos e estarmos em sintonia com as diversas políticas publicasqueassimapoiam e visam o direito de todos como assunto central.

Ainda observou-se a articulação com setores específicos de mulheres, a exemplo da RODA DE DIÁLOGO COM AS MULHERES IDOSAS realizada em 13/03/2014 no Centro de Convivência do Idoso- CCI. O dialogo teve como objetivo fortalecer a informação sobre as políticas voltadas para as mulheres, contribuindo também com a campanha Mulheres Independentes e o enfrentamento a violência em foco para as mulheres idosas. Os conteúdos foram trabalhados a partir de dinâmicas que levantaram vários temas relacionados à violência, educação, saúde e serviços de atendimento (CARUARU, 2014).

Em 2014, também se verificou parcerias com serviços que atuam nos territórios, a exemplo do DEBATE SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO PSF DO INDIANÓPOLIS realizado em 14/03/2014noPSF Indianópolis e que teve como Público Alvo usuárias atendidas pelo posto de saúde do Indianópolis, temas relevante comoviolência contra a mulher e rede de atendimento foram trabalhados. O debate o intuito de apresentar os serviços desenvolvidos pelo CRMMB junto com a rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

A Plaraforma Cidade Seguras para as Mulheres observa que:

No mundo inteiro, meninas e mulheres sofrem com assédio, machismo e violência nos espaços públicos. O medo, muitas vezes, impede que elas façam algum trajeto, limitando seu ir e virObserva-se a necessidade de busca por estraté- gias de divulgação das instituições que integram a Rede de atenção a vítimas de violência, facilitando o acesso a informações, e levando o conhecimento destes serviços à população em geral na cidade. Isso acontece porque o espaço urbano não foi planejado sob a perspectiva de gênero. (MULHERES, 2017)

Trazer debates e discussões nas comunidades possibilita uma efetividade nas construções de informações e de políticas públicas que são desenvolvidas para as mulheres. É de grande importância o apoio das redes de enfrentamento a violência e encorajar a vítima a denunciar os agressores, para que não se torne repetitivo e até fatal.

Ainda verificou-se a realização de PALESTRA NA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ÁLVARO LINS com foco nos temas da violência, consequências da vida da vítima, contexto histórico da Lei Maria da Penha. Também foram abordados os serviços de atendimento a mulher vítima de violência. (CARUARU, 2014). No âmbito da educação como em todos os outros âmbitos, debater sobre conceito de gênero e violência contra a mulher possibilita obtermos resultados positivos e assim obtermos jovens no caminho mais consciente para um mundo democrático.

A partir desta e de outras iniciativas, esperamos que professoras, professores e demais profissionais da educação fortaleçam o papel que exercem de promotores/as da cultura de respeito a garantia dos direitos humanos, da equidade étnico-racial, de gênero e da valorização da diversidade, contribuindo para que a escola não seja um instrumento da reprodução de preconceitos, mas seja espaço de promoção e valorização das diversidades que enriquecem a sociedade brasileira. (SPM, 2009, p. 10)

Ainda destaca-se ação em parceria com o MINISTÉRIO PÚBLICO cuja ação realizou-se em 23/04/2014 com o objetivo de discutir formas para combater a violência doméstica e o sexista na cidade de Caruaru (CARUARU, 2014). Observou-se ainda REUNIÃO COM A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES PARA DISCUSSÃO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO SÃO JOÃO, a reunião realizada em 03/06/2014 na Secretaria Especial da Mulher e Direitos Humanos teve como intuito debater o enfrentamento à violência contra a mulher no período junino em Caruaru.

Na pauta as músicas cantadas que contem estímulo à violência sexual, física e psicológica que denigrem e desrespeitam a imagem da mulher no contexto social. (CARUARU, 2014), sem dúvida essa é foi uma ação de grande relevância para o enfrentamento a banalização da violência contra mulher visto que as músicas e demais manifestações culturais pode ser instrumento de empoderamento, mas também de alienação e sustentação das bases culturais para a violação de direitos das mulheres e minorias.

Da supramencionada reunião resultou o PLANO DE AÇÕES INTEGRADAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO PERÍODO JUNINO, que considerou que no período junino Caruaru recebe vários turistas, aumento de consumos de bebida onde por sua vez aumenta a vulnerabilidade das mulheres em violência doméstica e tráfico de mulheres para fins sexuais. Entretanto nesta época de festividade foi realizada ações de sensibilização e enfrentamento que por sua vez pode ser provocados novos comportamento sobre este grave problema.

Foi organizado uma marcha que indagava respeito à dignidade, à vida e os corpos das mulheres, elevando diversos pontos e direcionamentos de atuação em benefício à vida das caruaruenses., onde reforçaram a tolerância zero à violência contra a mulher apresentando o órgão de denúncia na Central de Atendimento à Mulher, Ligue 180.

Dentre as ações realizadas são: Diálogo com donos/as de bares e restaurantes, Adesivos de banheiro, Panfletagem, Plantão Junino do CRMMD, Carta de Recomendação para produtoras e bandas, Aplicativo para celular “Clique 180”, Formação com os 34 agentes da Guarda Municipal e Cartazes com a Divulgação da rede de enfrentamento à violência (CARUARU, 2014).

Em 2015, o Projeto Lei Maria da Penha MARIA DA PENHA VAI ÀS ESCOLAS tornou-se Decreto nº 035, em 17 de março 2015. E com a parceria com a FAVIP passou a incentivar o debate sobre a Violência doméstica e familiar nas escolas de rede municipal de ensino, desconstruir as raízes da cultura machista, geradoras da violência contra mulher, e divulgar os mecanismos da Lei Maria da Penha. (CARUARU, 2015).

Observa a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República que é preciso:

[...] desenvolver uma postura crítica em relação aos processos de naturalização da diferença, embora reconheçamos que desigualdades sociais e políticas acabam sendo inscritas nos corpos: corpos de homens e mulheres, por exemplo, tornam-se diferentes por meio dos processos de socialização. Obviamente, a questão do estatuto dessas diferenças é um debate aberto e muito delicado, e a “verdade” sobre isso não deve ser encerrada em uma cartilha ou doutrina de qualquer ordem. Ao contrário, a escola precisa estar sempre preparada para apresentar não uma verdade absoluta, mas sim uma reflexão que possibilite aos alunos e às alunas compreenderem as implicações éticas e políticas de diferentes

posições sobre o tema e constroem sua própria opinião nesse debate. A idéia de que educação não é doutrinação talvez valha aqui mais do que em qualquer outro campo, pois estaremos lidando com valores sociais muito arraigados e fundamentais. (SPM, 2009, p. 14)

Destaca-se no ano de 2015, a campanha CARUARU SEGURA: CONSTRUINDO UMA CIDADE TRANQUILA PARA AS MULHERES, no intuito de fortalecer a segurança para as mulheres, para que as mulheres se sintam mais seguras, devido a tanta violência que torna cada dia mais as mulheres amedrontadas devido as fatalidades, e agressões que ocorreram com muitas vítimas por falta de segurança e um apoio para torna a mulher mais seguras, a campanha contribui para incentivar ao apoio e segurança na cidade.

A prefeitura de Caruaru, através da Secretaria Especial da Mulher e Direitos Humanos, Secretariada Participação Social e Conselho Municipal das Mulheres de Caruaru, realizou em 2015, a II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, com o tema: Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres sendo assim a Conferência foi antecedida por nove etapas preparatórias, três livres, quando a própria comunidade se organiza e realiza o debate, e seis pre conferência conduzida pela comissão de organização que reuniu sociedade civil e governo.

Nos anos de 2015 a 2016, além das ações integradas foi montado o Espaço Dandara, Pólo de divulgação das ações da Secretaria Especial da Mulher e de Direitos Humanos, em parceria com a Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru e Secretaria de Participação Social, com exposições, cines debate e intervenções culturais, suscitando o debate sobre gênero e Direitos Humanos, foi realizado o PLANO DE AÇÃO INTEGRADO E ESPAÇO DANDARA

Em 2016, observou-se a ARTICULAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA GARANTIR PLANTÕES NOS FINAIS DE SEMANA NA DELEGACIA DA MULHER, visto que no mês de junho de 2016, os mesmos foram suspensos. (CARUARU, 2016). O movimento social, através da pressão conseguiu obter vitória e os plantões foram retomados, o que é fundamental para as mulheres que sofrem agressões finais de semana ter um apoio na Delegacia da Mulher.

Nesse mesmo ano houve ARTICULAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DA VARA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, fruto do empenho da Prefeitura de Caruaru através da Secretaria da Mulher e de Direitos Humanos, que pleiteava a implantação do órgão junto ao Governo do Estado e Tribunal de Justiça de Pernambuco desde 2009. (CARUARU, 2016)

Através da instalação da Vara de Violência Contra a Mulher, as mulheres vítimas de violência passam a ter um apoio de uma rede completa. Machado (2010, p.26) enfatiza:

[...] Sem uma atenção especial às violências contra as mulheres, ela continuaria invisibilizada, impune e quase legitimada pelos poderes estatais e pelo senso comum dominante. Entendeu-se que o lugar especializado capaz de escutar a voz da denúncia feminina e de propor e encaminhar processos que designassem os atos masculinos violentos como crimes seriam as delegacias[...] Sem o serviço esta atuando a mulher se torna impune de ir em busca de seus direitos e de ser ouvidas, por isso é importante a articulação entre as redes de enfrentamento a violência contra mulher estejam funcionando de modo que quando as vítimas necessitam do atendimento seja escutadas e encorajadas a denunciar o agressor. (MACHADO, 2010, p.26)

Foi sucedido, nesse mesmo período de 2016 a CAMPANHA DE EMPODERAMENTO E PARTICIPAÇÃO: MULHERES POLITIZANDO AS ESPAÇOS DE PODER, onde incentiva o empoderamento das mulheres, a campanha e para fortalecer e encorajar as mulheres a participarem de espaço de poder, e de atitude firmando as políticas para mulheres no intuito de conhecimento e torna-lás cada vez mais empoderadas e dispostas a lutar por seus direitos.

3 ATIVIDADE EDUCATIVAS E OS DADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER EM CARUARU

Ao analisarmos os relatórios do Organismos de Políticas para as Mulheres de Caruaru, identificamos entre 2012 e 2016, 27 atividades educativas. Destaque-se que pode haver outras atividades educativas que não tenham sido registradas e por essa razão não identificamos.

Para facilitar nossa análise organizamos o quadro abaixo com a lista das atividades educativas que compreendemos que corroborou com o enfrenamento a banalização da violência contra mulher:

Quadro 1. Lista de ações.

ANO	Nº AÇÕES	LISTA DE AÇÕES
2012	10	<ol style="list-style-type: none"> 1. IX Fórum Estadual de Organismos Governamentais; 2. Debate Sobre Gênero, Inclusão Social e Direitos Humanos UFPE; 3. Projeto de Olhos Abertos Contra a Violência; 4. Palestra sobre a Violência Contra a Mulher em Pau Santo; 5. Ações de Divulgação do Centro de Referenciada Mulher Maria- Bonita; 6. Debate na Associação Caruaruense de Ensino Superior sobre a Lei Maria da Penha; 7. Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento a Violência Contra a Mulher –Asces/Unita; 8. Projeto Lei Maria da Penha nas Escolas; 9. Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher; 10. II Seminário República e Violência: Um Olhar das Mulheres.
2013	02	<ol style="list-style-type: none"> 11. Campanha Mulher e Participação; 12. Lei da Ampliação da Secretaria da Mulher Especial da Mulher para Mulher e Direitos Humanos, Criação das Gerências de Igualdade Racial e LGBT.
2014	08	<ol style="list-style-type: none"> 13. Capacitação para Profissionais dos Centros de Referência de Atendimento as Mulheres em Situação de Violência; 14. Diálogo sobre Violência Contra a Mulher no MTST; 15. Coletiva de Imprensa sobre a Patrulha Maria da Penha; 16. Roda de Diálogo com as Mulheres Idosas; 17. Debate sobre a Violência Contraa Mulher no PSF do Indianopolis; 18. Palestra na Biblioteca Pública Municipal Álvaro Lins;

		<p>19. Reunião com a Marcha Mundial das Mulheres para discussão de Ação de Enfrentamento a Violência contra a Mulher no São João;</p> <p>20. Plano de Ações Integradas para o Enfrentamento da Violência contra Mulher no Período Junino.</p>
2015	04	<p>21. Maria da Penha vai as Escolas;</p> <p>22. Campanha Caruaru Segura: Construindo uma Cidade Tranquila para as Mulheres;</p> <p>23. II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres;</p> <p>24. Plano de Ação Integrado e Espaço Dandara.</p>
2016	03	<p>25. Articulação com os Movimentos Sociais para Garantir Plantões nos Finais de Semana na Delegacia da Mulher;</p> <p>26. Articulação para Instalação da Vara de Violência contra a Mulher;</p> <p>27. Campanha de Empoderamento e Participação: Mulheres Politizando os Espaços de Poder.</p>

Fonte: Organismos de Políticas para as Mulheres de Caruaru.

As ações desenvolvidas tem colaborado bastante para romper com os ciclos de violência doméstica, no qual ocorre cotidianamente. Esses ciclo ocorre em três fases:

Primeira fase -A CONSTRUÇÃO DA TENSÃO NO RELACIONAMENTO - geralmente é aquela na qual o agressor passa a pronunciar agressões verbais, destrói objetos e geralmente as mulheres, devido a construção cultural, acreditam que tal violência decorre de algum estresse a que ele foi submetido fora de casa e tentam ser calma, tentam amenizar a situação, tentam acalmar o agressor. Muitas vezes as mulheres sentem-se culpadas e são colocadas pela sociedade no papel de culpa por esta acontecendo esse ato de tensão.(BRASIL 2005)

Segunda fase-A EXPLOÇÃO DA VIOLÊNCIA – DESCONTROLE E DESTRUIÇÃO -acontece com a explosão da violência, é marcada pela agressão, agora física, pelo descontrole, a agressão física os ataques mais graves na forma de empurrões tapas.(BRASIL 2005)

Terceira fase-A LUA-DE-MEL - ARREPENDIMENTO DO(A) AGRESSOR(A)- onde o agressor se mostra arrependido para se reconciliar demonstrando ter medo

de perde sua companheira, impondo que agiu por estresse, e a vítima, sem apoio familiar, sem contar com uma rede de solidariedade e sem contar com serviços de atendimento, frente a banalização da violência e a responsabilização colocada na mulher pela manutenção do relacionamento, acaba sendo submetidas a esforços desumanos para agradar o agressor, tentando ser ainda melhor companheira e muitas vezes acredita que o agressor pode mudar, e esse é um momento oportuno para que as mesmas retirem as queixas e tentam uma nova reconciliação, tornando as mulheres vítimas da tolerância vivenciada de agressões.(BRASIL, 2005)

Através destas fases percebe-se o quanto vai se agravando o ciclo de violência doméstica, e é difícil romper esse ciclo, para uma ruptura precisa do necessário empoderamento para essas mulheres através das ações na qual foi citada fortalecem-se para o enfrentamento desses ciclos.

A importância da ação de divulgação, e informações referente a lei é fundamental para contribuir com o combate a violência. Através das ações percebe-se a evolução de que as mulheres estão sendo orientadas a denunciar, estão sendo empoderadas e encorajadas a sair desses ciclos de violência que torna a mulher presa a essas agressões, rompendo com o papel que lhe é historicamente imposto de objeto do homem onde o homem as tem como propriedade.

As ações educativas de enfrentamento a violência contra mulher tem como foco despertar em muitas mulheres que convivem ainda no padrão patriarcal, submissa aos seus esposos, a consciência que são titulares de direito a uma vida livre de violência, assim, as vítimas são empoderadas e orientadas a identificar possíveis início dos ciclos de agressões.

Observa-se que as atividades educativas tem caráter diferentes, vão desde campanhas, a atividades culturais e também capacitações de profissionais. Ao analisar os dados de violência, observa-se que após a implementação do Organismo de Políticas para as Mulheres de Caruaru, tem colaborado para o aumento no número de denúncias e redução do número de crimes contra a vida das mulheres.

Compreendemos que as atividades educativas desenvolvidas tenham colaborado para compreensão que violência contra mulher é crime e portanto, deve ser denunciada, assim, denunciando mais as mulheres puderam sair mais rápido do ciclo de violência tendo suas vidas resguardadas.

Os dados são seguintes (DIVERSA, 2017):

Quadro 2. Monitoramento de Dados Femicídio.

Ano	Número de Femicídios
Caruaru 2006	14
Caruaru 2007	11
Caruaru 2008	10
Caruaru 2009	7
Caruaru 2010	2
Caruaru 2011	4
Caruaru 2012	2
Caruaru 2013	4
Caruaru 2014	11
Caruaru 2015	9
Caruaru 2016	6

Fonte: Organismos de Políticas para as Mulheres de Caruaru.

Observa-se que do ano de criação da Secretaria (2009) para 2016, todos os anos com exceção de 2014, ocorreu queda do número de homicídios, o que nos leva a compreender que a intensificação de ações pela Secretaria, colaborou com o enfrentamento a banalização da violência contra mulher, cuja face mais cruel é o feminicídio.

Para Marcela Lagarde, uma das maiores autoras da América Latina:

A violência de gênero é a violência misógina contra as mulheres pelo fato de serem mulheres, situadas em relações de desigualdade de gênero: opressão, exclusão, subordinação, discriminação, exploração e marginalização. As mulheres são vítimas de ameaças, agressões, maus-tratos, lesões e danos misóginos. As modalidades de violência de gênero são: familiar, na comunidade, institucional e feminicida. (LAGARDE, 2007, p. 33) (Tradução Própria)

O feminicídio é praticado pelo simples fato de ser mulher, o feminicídio já é a última etapa do ciclo da violência contra mulher, e cometido pelo fato do agressor

sentir a perda da vítima, de sentir que perdeu sua propriedade como é posta ao agressor que se sente dono da mulher ocasionando a morte da mesma.

Os dados apresentados na cidade de Caruaru, mostra o quanto as ações desenvolvidas estão contribuindo, e os movimentos feministas tem atuado para combater os feminicídios exigindo junto ao Poder Público e políticas públicas para as mulheres, enfrentamento da violência pode contribuir para não chegar a ser elevado o feminicídio, assim, quando as mulheres se empoderem para fazer as denúncias saem do ciclo de convívio do agressor e o agressor é responsabilizado, podemos ter uma sociedade mais justa.

O número de feminicídio na cidade de Caruaru como apresenta os dados tem diminuído, onde percebemos que as ações educativas desenvolvidas pela Secretaria da Mulher e outras redes de enfrentamento a violência doméstica tem contribuído bastante para que não chegue a esse ponto, diminuindo com a morte de mulheres na cidade de Caruaru como e apresentado os dados.

Criar mecanismos para capacitar os profissionais e de grande importância para o momento da escuta dessas vítimas para que as mesmas ao denunciar possa se sentir protegida, e acolhida tornando as mesmas encorajadas e informadas da Lei que assegura sua proteção, e seus direitos, evitando o feminicídio e tomando conhecimento do ciclo de violência, para ter coragem e denunciar o agressor a fim que perceber o início do ciclo, já denunciar e não deixar a situação se agravar e o agressor dominar a situação.

É importante salientar a violência contra mulher, se caracteriza como expressão da questão social, através da desigualdade, desemprego, machismo esses atos estão associados a agressões e presente em toda sociedade que precisa ser mais estudada no campo do Serviço Social.

Para Teles e Melo:

Violência se caracteriza pelo uso da força, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, e tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo a sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano. (TELES; MELO, 2003, p.15)

O agressor quer sempre dominar o outro, não só no caso de agressão física como outros tipos de agressões, como podemos ver nas fases do ciclo de violência.

Por isso a importância do Serviço Social de conhecer a rede e se atualizar para entender esse ciclo de violência, a violência contra a mulher muitas vezes é oculta, pelo fato da vítima ter vergonha de denunciar, pela falta de acesso a informações jurídicas, pela inexistência de políticas públicas que atenda suas necessidades, pela falta de capacitação das pessoas que as atendem, por isso é importante acontecer a ruptura, e manter as vítimas informadas e profissionais capacitados para atender as demandas. Nem todas as vítimas procuram seus direitos. Por isso é importante criar políticas públicas que atendam a essas demandas.

A pesquisa colaborou para entendermos melhor que uma das maiores demandas das vítimas de violência doméstica, é a falta de informação, como também das ações onde se faz necessário planejamento para conhecer as demandas da sociedade, intervindo junto as demandas proveniente da questão social e assegurando uma vida digna as mulheres.

De acordo com Iamamoto:

Decifrar as novas mediações através das quais se expressa a questão social hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida. (IAMAMOTO, 1997, p. 14)

Foi fundamental, a pesquisa justamente pelo interesse de obter conhecimento, junto a Secretaria da Mulher e Direitos Humanos de Caruaru, vários tipos de ações educativas para combater a violência doméstica, a importância do diálogo junto aos conflitos apresentados pelas vítimas se podendo observar a capacidade metodológica de como lidar com a desigualdade e a questão social como a violência doméstica que atinge todas as classes sociais, que viola os direitos humanos das mulheres. Como foi observado as ações, contribuíram para criar e implementar políticas públicas e dialogar sobre a perspectiva de mediar essa violência de gênero.

A relevância de entender o enfrentamento da violência contra mulher e como a equipe atua junto a essa demanda se fez necessário nesse estudo sobre o enfrentamento e como é desenvolvido, nas redes de atendimento. Para as autoras Lisboa e Pinheiro (2005) o Serviço Social, enquanto profissão, caminhou paralelo às

conquistas do movimento feminista e apenas recentemente integrou na sua agenda a discussão relativa à problemática da violência contra a mulher. Com os avanços da sociedade frente ao conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas onde se é repercutido diretamente no Serviço Social.

Segundo Lisboa e Pinheiro (2005) A desresponsabilização do Estado face às suas atribuições na garantia dos direitos dos cidadãos tem atingido as relações de trabalho e também as profissões, o que tem exigido redefinições em termos de competências frente às novas demandas das questões que implicam a ação profissional.

Assim com essas diversas demandas o problema em questão violência contra a mulher passou a ser cada vez mais debatida como problemática pública e algo a ser combatido e enfrentando. Iamamoto (1999) refere que é um desafio para os assistente sociais pois irão precisar acompanhar, atualizar e explicar essas mudanças, assim exigindo conhecimento sobre as competências para dar o suporte necessário nestes processos de intervenção.

Portando não apenas nos espaços da violência contra a mulher mais em qualquer outro espaço ocupacional o assistente, é de suma importância o conhecimento da realidade que irá se atuar, para assim compreender todo o processo dessas situações sociais. Assim trabalhando no enfrentamento a violência contra a mulher o profissional de Serviço Social precisa aprofundar-se em conhecimentos sobre as diversas determinações que as fazem acontecer.

De acordo com Iamamoto:

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social. (IAMAMOTO, 1999,p.52)

Assim para Iamamoto, o objeto do Serviço Social se compõe das expressões da questão social, e são consequências das desigualdades impostas pelo capitalismo assim torna-se objeto de trabalho do profissional de Serviço Social as peculiaridades das expressões sociais.

A desigualdade entre homens e mulheres tem se agravado na sociedade onde a mulher é posta na condição de coisa, é necessário emancipar a mulher na condição de pessoa humana deixa de ser propriedade privada do homem.

Assim a violência contra a mulher tornando-se uma demanda da questão social mesmo com muitas recusas e restrições nos espaços de intervenção, o profissional de Serviço Social é diretamente necessário para intervir nesta realidade.

Lisboa e Pinheiro ressalta que:

Pode-se configurar a intervenção do profissional de Serviço Social dentro de um contexto de orientações, visualizadas nas propostas que seguem.

1. Os assistentes sociais como operadores de direito, tem o papel de orientar e informar à mulher agredida, esclarecendo que para cada tipo de violência (ameaça, calúnia, agressão física, etc.) existe uma punição. Devem estimulá-la a fazer a denúncia, ou seja, registrar queixa na delegacia de polícia, gerando o respectivo Boletim de Ocorrência, para que possa ser iniciado um processo criminal. Em caso de violência física, orientá-la para submeter-se a exame de corpo de delito junto ao Instituto Médico-Legal (o laudo do IML é documento elaborado para fazer prova criminal).

2. Junto a instituições que atendem mulheres que sofrem violência, o processo de grupo é um instrumental bastante recomendado. Através de dinâmicas específicas, as mulheres podem socializar suas experiências, resgatar a auto-estima e encorajarem-se mutuamente para fazer a denúncia ou para saírem da situação. Esses grupos podem ser coordenados por uma equipe interdisciplinar, ressaltando o importante papel da psicóloga nesse processo.

3. Na área da assistência, as mulheres que estão em situação de violência deveriam ter prioridade nos critérios de seleção em programas de proteção social, na Lei Orgânica de Assistência (LOAS) e outros, para que pudessem ter uma renda mínima que assegurasse o seu sustento e o de seus filhos. Nessa área, o profissional de Serviço Social também atua na formulação, execução e gestão de políticas públicas e sociais.

4. Na área da saúde, ações voltadas às unidades básicas de saúde da rede pública poderiam ser desenvolvidas, gerando estratégias que ressaltem a noção de violência contra a mulher como um problema de saúde pública.

5. Em relação ao trabalho ou ocupação remunerada, muito sugestivas têm sido as experiências de economia solidária, grupos de produção ou cooperativas de mulheres, que envolvem nas suas parcerias, empresas e sindicatos em comunidades urbanas e rurais. Gerar políticas inclusivas de inserção da mulher no mercado de trabalho é muito importante, pois a dependência econômica é um dos principais empecilhos para sair da relação de violência.

6. Na área da educação, atividades de conscientização e esclarecimento em relação à violência contra a mulher são recomendadas – envolvendo pais, alunos, professores e funcionários, enfim, o corpo pedagógico de escolas da rede pública e privada de ensino, promovendo debates sobre violência e discriminação de gênero. Do mesmo modo, a criação de programas para os jovens também é imprescindível, despertando a consciência sobre a questão da violência contra a mulher, engajando-os na discussão sobre desigualdades de gênero, estimulando-os a

assumirem responsabilidade no cuidado com os filhos, nas questões relativas à saúde sexual reprodutiva e orientando-os sobre medidas não violentas na resolução de conflitos.

7. Na área da habitação e infra-estrutura, seria importante a geração e o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas, com o objetivo de garantir recursos que contemplem crédito para a construção de casas para as mulheres que estão nos serviços de proteção, utilizando-se critérios de prioridade para aquelas que são chefes de família, visto que, na maioria dos casos que envolvem violência, são elas que deixam as casas.

8. Na área da comunicação, é possível promover ações de capacitação e sensibilização junto às agências reguladoras de rádio e tevê, jornais e peças publicitárias, abordando as questões de gênero e reconstruindo a imagem das mulheres em situação de violência [...]. (LISBOA; PINHEIRO, 2005)

É importante o enfrentamento e as articulações entre as redes, conhecendo assim os diversos tipos de demandas, e assim junto com a equipe multiprofissional atuar com o foco e objetivo em combater e minimizar a violência.

Assim além de foco nas implementações das políticas públicas e de suma importância o profissional de Serviço Social estar inserido nesta perspectiva de transformação, junto com as vítimas garantindo e resgatando seus direitos como cidadãs. Finalmente, garantindo, defendendo, emancipando e fortalecendo essas mulheres e seu poder na sociedade.

É de suma importância o profissional de serviço social entender como é a atuação nos Centros de Referência da Mulher e como contribuir para ruptura desses ciclos, os Centros de Referências para as mulheres, são serviços de orientação responsável pelo atendimento social, onde o profissional de serviço social pode atuar com o atendimento social onde esses espaços são de grande relevância da assistência para as mulheres em situação de violência através do atendimento continuado por equipe multidisciplinar com profissionais capacitados para orientar essas mulheres vítimas da violência, promovendo palestras com as famílias, ações educativas e estabelecer parcerias com outras instituições voltadas a prevenção de violência.

Governo Federal estabeleceu como compromisso:

[...] enfrentamento das violências contra as mulheres, estreitando a colaboração com a sociedade civil e organismos internacionais e aprofundando parcerias com os governos estaduais e municipais que visem à ampliação e a melhoria da qualidade dos serviços públicos, como delegacias da mulher, Instituto Médico Legal e casas abrigo. (BRASIL, 2003, p. 38)

É importante a parceria com outras redes para desenvolver ações e prestar atendimentos e encaminhamentos, para melhor atendimento e qualidades dos serviços prestados as vítimas, e desenvolver campanhas educativas voltadas ao empoderamento das mulheres, é necessário o desenvolvimento das potencialidades das mulheres através das políticas públicas e ações que englobe a sociedade.

Através do interesse pelo tema enquanto estudantes de Serviço Social, desenvolver essas pesquisas que busque a igualdade e o estudo referente ao enfrentamento e a realidade dessas mulheres vítimas de violência doméstica no intuito de identificar os tipos de ações que são desenvolvidas para fortalecimento e encorajamento dessas mulheres que possam impedir esses ciclos de violência. Desenvolver esse estudo foi importante para o serviço social onde tem como foco a realização plena da pessoa humana, e o profissional pode intervir junto a orientação enquanto aos direitos dessas usuárias através do atendimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como finalidade descrever os diferentes tipos de ações desenvolvidas pela Secretaria da Mulher e Direitos Humanos no período de 2012 à 2016, no intuito de relatar as ações que foram desenvolvidas e os diversos tipos de ações que tiveram a possibilidade direta ou indiretamente provocar desconstrução dos preconceitos vivenciados por uma sociedade machista.

Das ações desenvolvidas identificamos que as de natureza educativa podem ser compreendidas em informação, aquelas que incluem campanhas, divulgação de serviços etc, capacitações, aquelas cujo objetivo foi humanizar profissionais e futuros/as profissionais e de fortalecimento pessoal e político da mulher, aquelas em articulação com os movimentos sociais.

Tais ações foram de grande importância para obter conhecimento em relação ao atendimento prestado no caso de mulheres que sofrem violências. Essas ações também possibilitam capacitar os/as profissionais para prestar atendimento às vítimas, e realizado vários tipos de ações voltadas à violência contra mulher. Nos debruçamos para descrever os tipos de ações que foram desenvolvidas anualmente.

Ações contribuíram para o enfrentamento da banalização da violência afirmando o compromisso institucional do Poder Público através dos serviços prestados que são interligados, atendimento como a Delegacia da Mulher, Vara da Mulher, Centro de Referência da Mulher de Caruaru, serviços de saúde e os programas desenvolvidos para as mulheres.

Relacionamos as atividades educativas de enfrentamento à violência doméstica contra mulher e os dados de denúncias e morte de mulheres, ao listar os dados podemos identificar que as listas de atividades confirmou que tais ações colaborou bastante ao enfrentamento à violência contra mulher, visto que de 2009, ano de criação da secretaria para 2016, com exceção de 2014, ocorreu queda do número de crimes contra a vida das mulheres, o que nos leva a compreender que a intensificação de ações pela Secretaria, colaborou com o enfrentamento à banalização da violência contra mulher, cuja face mais cruel é o feminicídio.

Através da lista de ações verificamos vários tipos de ações como campanhas, capacitações, palestra, debates, plano de ações, seminários, articulação com outras

redes de enfrentamento a violência contribuiu bastante que as mulheres fossem empoderadas e encorajadas a romper com o ciclo de violência.

Importante destacar que encontramos dificuldades na coleta de dados referente a falta de dados sistematizados e documentos e relatórios públicos padrinizados.

O estudo desenvolvido possibilitou, a perceber a importância do profissional de Serviço social a compreender os ciclos de violências, e as ações desenvolvidas junto ao enfrentamento da violência contra mulher que e caracterizado como expressão da questão social.

A pesquisa colaborou para entendermos melhor as demandas das vitimas de violência domestica, como também das ações que contribuíram para o enfrentamento da violência e compreender como funciona a rede de atendimento com as equipes multidisciplinar, junto ao atendimento social, orientando e intervindo junto as demandas na garantia de direitos das vitimas.

Esperamos que esse pequeno estudo contribua para reflexões posteriores que problematizem as ações dos Organismos de Políticas para as Mulheres, visto que, a reflexão científica pode colaborar com a qualificação das ações dos poderes públicas para o desenvolvimento de políticas públicas que assegurem igualdade e justiça social.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luana Bandeira de Mello et al. **Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 521-540, ago. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00>>. Acesso em: 09/10/2017.

BRASIL, Presidência da República. **Norma técnica de uniformização centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília-DF, p.11. 2006. Disponível em: <<www.spmulheres.gov.br>>. Acesso em: 03/10/2017.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006.** Lei Maria da Penha.

BRASIL. **Lei nº 12.630 de 04 de julho de 2003.** Institui o Programa Estadual de Apoio à Mulher em Situação de Violência. D.O. 17.188, SC, 07 de julho de 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentando a violência contra a mulher** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 64.

CANAE. **Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos,** EIXO II, 2010. p. 35. Disponível em: <<www.conceicaodocastelo.es.gov.br/rmativo_eixo_2.pdf>>. Acesso em: 01/10/2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso de estudantes universitários.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983. p.55.

DENARI, F. **Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão.** In: RODRIGUES, D (org.). **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006. pp.35-36.

DINIZ, D. M. **E o que é o professor, na ordem das coisas?.** Docência de primeiras letras no Ceará imperial. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) p. 57. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://uece.br/ppge/dmdocuments/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Diana%C3%ADd es.pdf>. Acesso em: 26/06/2017.

DIVERSA. Centro de Pesquisa em Direitos Humanos, Gênero e Democracia. **Monitoramento de feminicídios em Caruaru**. 2017.

FALEIROS, E. **Violência de gênero**. In: S. R. Taquette (Org.). *Violência contra a mulher adolescente/jovem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. pp. 65-66.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. **Por los derechos humanos de las mujeres: La Ley general de acceso de las mujeres a una vida libre de violencia**. Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, v. XLIX, n. 200, p. 143-165, maio-ago, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=42120009>>. Acesso em: 15/11/2017.

LISBOA, T. K.; PINHEIRO, E. A. **A intervenção do serviço social junto à questão da violência contra a mulher**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 199-210, jul./dez. 2005.

MACHADO, Lia Z. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010. p.26.

MENEZES, Paulo Ricardo de Macedo et al. **Processo de tratamento da violência contra as mulheres: coordenação intersetorial e atenção plena**. Saúde soc., São Paulo, v. 23, n. 3, p. 778-786, setembro de 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902014000300778&lng=pt_BR&nrm=iso>. Acesso em: 10/10/2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. pp. 21-22.

MOREIRA, Ranúlio Mendes. **O neoliberalismo e a banalização da injustiça social**. Disponível em: <<www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_anulio_Moreira.pdf>>. Acesso em: 29/06/2017.

OLIVEIRA, Zuleica L. Cavalcanti. **Política de informação na área de gênero**. In: Encontro Nacional de Ciência da Informação, 5., 2004. Anais Eletrônicos. Salvador: UFBA, 2005. Disponível em: <<www.cinform-antiores.ufba.br/v_anais/artigos/zuleicacavalcante.html>>. Acesso em: 03/10/2017.

PINTO, Celi Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.pp. 56-68.

PMPM - **I Plano municipal de políticas para as mulheres**. Prefeitura Municipal de Caruaru, 2012.

PMPM - **II Plano municipal de políticas para as mulheres**: Prefeitura Municipal de Caruaru – Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Recursos Humanos e Folha de Pagamento. Diário Municipal de Caruaru 2011 Á 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, 1995. pp.21-23.

Secretaria da Mulher e de Direitos Humanos de Caruaru. **Balanco anual das atividades 2012**. Prefeitura de Caruaru, 2012.

Secretaria da Mulher e de Direitos Humanos de Caruaru. **Balanco anual das atividades 2013**. Prefeitura de Caruaru, 2014.

Secretaria da Mulher e de Direitos Humanos de Caruaru. **Balanco anual das atividades 2014**. Prefeitura de Caruaru, 2015.

Secretaria da Mulher e de Direitos Humanos de Caruaru. **Balanco anual das atividades 2015**. Prefeitura de Caruaru, 2016.

Secretaria da Mulher e de Direitos Humanos de Caruaru. **Balanco anual das atividades 2016**. Prefeitura de Caruaru, 2016.

Secretaria da Mulher. **Anuário bem-me-quer**. Caruaru, 2009.

Secretaria da Mulher. **Anuário bem-me-quer**. Caruaru, 2010.

Secretaria da Mulher. **Anuário bem-me-quer**. Caruaru, 2011.

Secretaria da Mulher. **Anuário bem-me-quer**. Caruaru, 2012.

Secretaria da Mulher. **Anuário bem-me-quer**. Caruaru, 2013.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : SPM, 2009.
TELES, Maria Amélia; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

VIGARELLO, Georges. **História da violação: século XVI-XX**. Editora: Estampa, 1998.